



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

### **Ata 34ª Reunião Extraordinária**

#### **Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais**

#### **34ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais**

#### **Súmula – Síntese dos encaminhamentos**

No dia doze de dezembro de dois mil e vinte três, após verificação de quórum em primeira chamada, às 09h10 iniciou-se a 34ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que ocorreu de forma virtual pela plataforma teams, com a presença verificada de 18 membros titulares e suplentes no exercício da titularidade, além de quatro suplentes:

André Luiz Veloso Ferreira – titular  
Andressa Iza Gonçalves – titular  
Antonio Carlos Pimenta Diniz – titular  
Aryanne Ribeiro – titular  
Carola Maria Marques de Castro – titular  
Charles Lima - titular  
Daiany Soares Sarmento – titular  
Darupü'üna tikuna - Roseane Tomaz do Carmo – titular  
Elzelina Dóris Santos – titular  
Giovanna Penido Pinto Marques Paiva – titular  
José Ricardo Simões Silva – titular  
Josiany Vieira de Souza – titular  
Marcela de Queiroz Bertelli – titular  
Rita de Cássia Loureiro Trindade – titular  
Thaynã Fernandes Araújo Paes – titular  
José Oliveira Junior – suplente no exercício da titularidade  
Jussara Braga Bastos – suplente no exercício da titularidade  
Jeferson Rios Domingues – suplente  
João Michel Daniel Ferreira - suplente  
Lais Terçariol Vitral - suplente  
Mariana Mól Gonçalves - suplente

**Além dos conselheiros presentes participavam da reunião, técnicos da Secult e convidados, sendo eles:**

Marilia Palhares, Maristela Rangel, Katia Carneiro, Igor Arci, Janaina Amaral, Herenice Martins, Bruno Rodrigues e Rebeca Oliveira.

- Pauta 1: Eleições Consec;
- Pauta 2: Retornos LPG;
- Pauta 3: Conferência Nacional;
- Pauta 4: Parecer do contrato FCS/APPA;
- Pauta 5: Cronograma de pagamento afromineiridade;
- Pauta 6 : CEU da cultura (inclusão da pauta);
- Pauta 7: Execução do FEC em 2023 (inclusão da pauta);

Em seguida, foram tratados cada um os pontos da pauta:

### **Pauta 1**

Iniciou-se com os informes passados pela (JA), que realizou a reunião com membros do conselho na segunda-feira dia 4 (quatro) de dezembro de 2023 em relação às Eleições do Consec e ficaram decididos: i) Os dados pessoais dos candidatos seriam avaliados pela Secult, diante da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); ii) Os portfólios, cartas de recomendação e respostas serão encaminhadas para os conselheiros.

(JB) Agradeceu o trabalho realizado pela comissão apesar do atraso no processo, e que se deu diante da ausência de recursos humanos para trabalhar na demanda. Agradeceu também o esforço realizado pela JA.

(AR) Solicitou que constasse em ATA seu posicionamento a respeito da Pauta, em consonância com a fala da (JB). AR afirmou que todo o processo será prejudicado diante da baixa adesão, e os reflexos serão vistos em breve.

(An) Solicitou que constasse em ATA sua fala complementar em relação a Pauta 1, em que afirmou que a comissão estava consciente em relação ao atraso devido a sobreposição já que quando o processo eleitoral começou não havia candidatos, por isso o edital teve prorrogação de inscrição, e que o JJ alertou sobre o funcionamento pleno da Comissão só ocorreria após a execução da LPG. (AI) A comissão resolveu diligenciar, pedindo documentação complementar conseguindo validar mais inscrições, apesar dos atrasos percebe-se que o processo irá caminhar. (JA) Houve 11 inscrições e 9 diligenciados tendo inscrição contemplada. (JJ) Houve questionamento acerca das próximas etapas, que serão: i) prazo para recursos; ii) julgamento de recursos, caso haja; iii) homologação final dos candidatos habilitados pós recursos; iv) abertura do prazo de votação dos eleitores. Há necessidade de uma nova reunião para definir quantos dias serão necessários para a votação dos eleitores, seguiu-se para a validação do calendário. (JA) Informou que o prazo inicial eram de dois dias úteis, mas o jurídico recomendou que fossem 10 dias corridos equivalente ao prazo da Lei Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999, processo administrativo que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. (JJ) O resultado seria publicado e homologado dia 31 de janeiro, a posse coletiva e a reunião conjunta para transmissão realizada em 7 de fevereiro de 2024, e alocação do treinamento diante do feriado de carnaval. (LV) Questionou sobre o prazo para recursos. (JA) Esclareceu que os procedimentos realizados precisam ter um prazo de recurso que não pode ser retirado e nem reduzido. (JB) Trouxe considerações sobre o processo, no qual o primeiro atraso foi relacionado a

própria recondução da JB, que desencadeou em diversos atrasos inclusive na LPG.

(DD) Adendo no processo de eleição do Consec, em face da ausência da normativa que regulamenta a recondução, especificamente no percentual estabelecido para a candidatura, causando postergação no processo. Dois núcleos diferentes bem definidos, com posicionamentos claros. (GP) Posicionou-se acerca do curto prazo da diligência; uma candidata que não acessou o e-mail e perdeu o prazo; não achou correto as informações que foram passadas em decorrência do calendário. (JJ) Informou que não respondeu ninguém que entrou em contato com ele, apenas direcionando o e-mail para esclarecimento destas dúvidas. (JA) Fez uma observação no que tange as diligências, todas as pessoas foram informadas por e-mail, não houve favoritismo e os conselheiros também tiveram acesso às informações através do e-mail. (DD) Solidarizou-se com o GP, mas os critérios não foram atendidos pelos candidatos. Solicitou que constasse em ata não conhece nenhum candidato.

(TP) Não conseguiu ligar o microfone e sua mensagem deixada no *chat* foi lida pela JA, poderíamos ter divulgado que houve divergência para todos que estavam na diligência e informou que sua conexão estava fraca por isso não conseguiu abrir o microfone. (JB) Solidarizou-se com as questões apresentadas pela GP e se dispôs a entender melhor a questão. Reforçou que as diligências não eram obrigatórias e que a foi uma forma de ampliar o acesso à informação, e que as pessoas que participaram não se lembraram de ligar para os diligenciados, mas que só foi lembrado depois e que tudo foi registrado para não repetir o problema para a próxima eleição.

(JA) Sugeriu uma reunião informal para abordar as questões e falhas do processo eleitoral para discutir e registrar para que os erros não sejam repetidos. (GP) Era avisar para os conselheiros do Consec sobre o procedimento. Porque a mobilização foi feita através dos diversos fóruns. (AR) Pontou que se a pauta não for resolvida nessa reunião, marcar para resolver na próxima.

(AI) A candidata não enviou as três cartas, a comissão acatou e diligenciou todos os candidatos na mesma data, não houve informação privilegiada.

## **Pauta 2**

(JS) Todos os dados do Prosas foram compilados, foi informado que no dia da reunião seria passado para a comunicação todos os dados pelo site da Secult. O cronograma foi compartilhado com a Comissão. Houve filtragem manual das 5.000 proposta de forma manual, para a verificação dos dados. A reunião com o Prosas, parcerias e Secult foi realizada dia 14 de dezembro de 2023, para tirar as dúvidas e realizar o treinamento para que as análises sejam iniciadas no dia 15 de dezembro, a previsão de encerramento é dia 4 de janeiro de 2024. Houve questionamento no grupo da Comissão porque o início do pagamento não foi alocado em dezembro, e não foi possível a execução em dezembro diante da fase de recursos, então mesmo que não tenha nenhum recurso precisa de uma data para esse processo. Todas as datas apresentadas no cronograma são as mesmas que estão no edital, exceto a avaliação do projeto que foi enxugado, apresentando a data final. Então fica previsto no cronograma i) Avaliação dos projetos 03/01/2024; ii) Resultado Preliminar 04/01/2023; iii) Fase Recursal 09/10/2023 iv) Análise de recurso 12/01/2024; vi) Resultado Final 13/01/2024 vii) Envio de Documentos para habilitação 19/01/2024; viii) Correções para habilitação 24/01/2024; ix) Publicações, Assinaturas e Ajustes de Documentações; 31/01/2024. Conforme alinhamento com CGE no

lugar de enviar nota fiscal, o registro será realizado pela assinatura do recibo para receber o recurso, e não haverá bitributação. Empenho e pagamento ficou alocado entre fevereiro e março, pois a plataforma SIAF onde executa-se o pagamento fica fechada, diante de eventuais questões como devolução do pagamento do banco, estendeu-se a data. (LV) Os pareceristas vão ter quantos dias para avaliar os projetos ? (JS) Inicialmente seriam 30 dias, mas um diálogo com a comissão foi estabelecido diante já que a quantidade de projetos enviados é menor do que o que foi esperado, o período de análise pode ser reduzido. Portanto, os projetos serão divididos, visando analisar os projetos no prazo mais rápido possível.

(AI) Solicitou que fosse registrado, que não há data para a reunião que foi solicitada. O processo envolvendo os pareceristas foi muito moroso, reforçou o pedido do cronograma publicizado no site. (JS) Informou que haverá uma reunião gerencial e outra de treinamento de pareceristas para alinhar as demandas finais e adequar o cronograma a ser publicado da forma mais eficiente. Em seguida a JS apresentou o dashboard com os dados da LGP. Posteriormente explicou a exibição dos dados e como usar os recursos de filmagem de informações, que também vai ser disponibilizado. Além disso, informou da desistência de alguns pareceristas.

(AR) Solicitou que fosse registrado a importância de validar o cronograma na Comissão. (JS) Apesar da publicação atrasar não irá refletir nas demais etapas do processo, já que o trabalho dos pareceristas continua. O processo é mais burocrático pois foi feito por licitação. Adendo que a divulgação do cronograma não exime a responsabilidade de acompanhar o edital. O plano da PNAB já foi aprovado, alguns municípios optaram por não aderir pois ainda não haviam executado a LGP e outras demandas complexas diante das conferências. (AR) Elogiou o resultado da PNAB. (TP) Fico feliz com o resultado da PNAB. Solicitou que o conselho estivesse envolvido no planejamento. (JS) O processo de construção envolve etapas que devem ser realizadas pelo Estado, e o que é previsto em lei de envolvimento da Comissão foi realizado.

### **Pauta 3**

Inicialmente o JJ apresentou o relatório da conferência, com a minuta de execução do evento. Informou também sobre a reunião realizada com a equipe do Ministério e as diretrizes adotadas. Serão realizadas conferências territoriais no mês de janeiro, porque é obrigatório fazer conferência diante do sistema nacional de cultura, então, para garantir que os municípios façam as suas conferências mesmo não elegendo delegados, irão executar as conferências territoriais em janeiro, que é responsabilidade da rede de gestores. Para a execução das conferências territoriais serão realizados dois treinamentos específicos: i) Conselho e ativistas, 13 no primeiro semestre de 2024 e 26 no primeiro semestre de 2025. ii) Gestores de conselho, 2 no primeiro semestre de 2025 e 4 no primeiro semestre de 2025.

(JA) Informou que as sugestões quanto aos treinamentos devem ser registradas por e-mail, para facilitar a sistematização, porque no grupo as mensagens se perdem.

(JJ) Os registros executados durante a conferência estão em anexo no relatório.

(AI) A conferência foi o caos, processo traumático, muito doloroso. A sociedade civil acionou e cobrou dos conselheiros, mas estes não estavam cientes do processo. Os conselheiros cobraram a realização da conferência e não receberam resposta, os municípios não receberam orientações. A Secult relaciona essa

situação com a ausência de regulamento proposto pelo minc, sendo que conferências já foram realizadas anteriormente e então assim é cômodo colocar a culpa em outro órgão. Aprovamos tudo numa reunião corrida.

(AI) Os delegados municipais montaram um grupo. Andressa e Jussara já estavam com nossas cartas de desligamento da comissão prontas, pois não fomos acionadas durante o processo decisório, mas só permaneceram pois os delegados presentes pediram. Então, foi elaborada uma carta para ser lida na abertura da Conferência. O processo de credenciamento dos delegados não foi feito de forma efetiva, não tinha o compilado com as propostas enviadas pelas conferências municipais para que os delegados pudessem estudar, não havia regimento para que os delegados pudessem entender como seria o processo. Os municípios não identificaram suas propostas no documento enviado. Muito conflito nos eixos. As propostas chegaram com muito atraso nos eixos, fatores que colaboraram para expandir os conflitos.

(AI) Problemas de infraestrutura no evento, como nas salas pequenas, ausência de água. O último dia foi desorganizado pois a eleição para a Conferência Nacional se estendeu muito. Conflitos regionais entre os delegados da sociedade civil do interior e da capital. Reclamações contra os conselheiros, que foram cobrados publicamente por causa da desorganização da conferência. Houve necessidade de mais participação social, há necessidade de mais organização, especial para as conferências que virão. As duas vagas restantes para a eleição para a Nacional ficassem cadeiras para a sociedade civil.

(JB) Reforçou a fala da Andressa, pois foi bem minuciosa com relação aos processos ocorridos. Frisou que haveria desmonte da comissão e que estavam prontas para isso, mas atenderam os pedidos realizados pela sociedade civil, para que houvesse espaço de escuta. Houve denúncia por parte da sociedade civil e também por parte deste conselho, que também organizou uma carta que foi na abertura do evento, que foi feita no foyer do teatro. Fala direcionada a Igor e demais gestores, porque deveriam estar juntos há mais tempo. Aflitivo a precisar ir para uma conferência para ser escutado. Então, com uma carta daquela forma, desde o começo Jussara e Andressa informaram que estavam num movimento muito delicado, momento crucial, de articulação entre poder público, sociedade civil.

(JB) Informou que conversou com Maristela muito rapidamente, e quando foi questionada sobre o que faltava, respondeu que é diálogo, são respostas, porque por várias situações, em vários grupos foi questionado aos conselheiros como seria, e eles não tinham a resposta, não é um papel que não gostaria de ter feito, mas o que tinha para dizer era, não sabemos.

(JB) Então a necessidade de aproximação é evidente. Nunca, nunca será uma fala pessoal, é uma fala sobre os trabalhos, e há necessidade que o cenário mude. A condução da abertura foi realizada pelo JJ e os questionamentos não deveriam ser direcionados a ele. No terceiro dia Jussara pediu ao Zé Júnior suporte, porque da forma que as coisas estavam caminhando, não estava prosseguindo. Agradecer nominalmente a Jade, a Jana, ao Bruno, ao JJ e a todos os monitores que tiveram lá, que por mais que também estivessem claramente despreparados, eles tiveram toda boa vontade de fazer tudo o que foi solicitado.

(TP) Agradece a fala de Jussara. As conferências não foram fáceis, mas em sua visão a Minas Gerais bateu o recorde da pior conferência do Brasil, a reunião do conselho amanhã com o relato dos estados, e dos

conselheiros, isso vai dar uma visão mais concreta. Declarou que nessa conferência o respeito e a admiração pelos conselheiros, alguns não conseguiram permanecer até o final por causa do horário. O conselho não deveria nem ter aprovado a conferência, mas foi dito que se não fosse aprovado naquele momento, a conferência não ocorreria. A infraestrutura precária, o eixo do patrimônio cultural e das culturas populares foi pro porão do Palácio das Artes, numa sala muito apertada. TP estava sentado no chão, disse que teve gente que saiu passando mal por causa do calor. Ficou claro na conferência o desrespeito da secretaria com a cultura. Outros problemas de infraestrutura, como a falta de comida, a alimentação nessa conferência, sem nada para comer dentro do Palácio das Artes, desde do horário do almoço. Lamentou que sentiu-se coagido por Maristela, e pediu retratação.

(AR) Declarou a admiração pelos colegas conselheiros. Não houve execução das demandas nem dentro do razoável. Muitos municípios não conseguiram enviar seus delegados, reafirmou a fala dos colegas. Pediu que as falas sobre a Conferência fossem colocadas na íntegra, solicitou que a Secult realizasse um documento sobre o andamento do evento, como um posicionamento oficial do órgão.

(JB) Pediu ao IA que enviasse o orçamento da conferência, e a prestação de contas em relação a este orçamento. Espera da gestão uma fala de reparação, reafirmando a necessidade e importância do conselho.

(AI) Concordou e sentiu-se muito representada, por todas as falas sobre a conferência, achou importante. A última reunião presencial do conselho tinha sido no primeiro dia da conferência, durante a parte da manhã, antes da abertura da conferência, teve as leituras das cartas, então isso não constou em nenhuma ata do conselho. Solicitou que as cartas que foram lidas fossem anexadas à ata da reunião de hoje. Apresentou como uma demanda que o conteúdo da reunião de hoje fosse passado urgentemente para a Josiane e para o Leônidas, para eles tomarem ciência, porque não dá para não acompanharem uma discussão desse nível. A ausência dos gestores nas reuniões e todos os processos, diz muito do descaso com a cultura, o conselho tem pedido diálogo, pedido aproximação, pedido respostas, e de acordo com as atas que recebeu, acompanha-se o tanto de demanda sem retorno. Então Jossiane disse que encerrou esse ciclo com o sentimento de muita frustração mesmo, não percebeu que foi construído coletivamente, ao contrário do que a Secult afirma.

(GP) Informou que gostaria de estar à frente das conferências setoriais e que o grupo da moda está engajado, para participar da próxima conferência.

(IA) Reafirmou que todas as questões foram pertinentes, e houve reconhecimento do erro. Apontou que se houver a oportunidade de participar de outra conferência, não haverá o mesmo erro. Declarou que conversou com Tainã e que os repasses sobre alimentação dos delegados era responsabilidade dos municípios, processo previsto na legislação.

#### **Pauta 4**

A JA passou para o encaminhamento da reunião, retornando as pautas da reunião a fim de produzir o encaminhamento das demandas.

(DD) Sugeriu a votação do parecer do contrato da FCS.

(MB) Fez um resumo informando que o parecer foi elaborado por ela após reunião na FCS e análise do contrato e dos demais documentos cedidos pela Fundação, e que foi enviado previamente aos conselheiros por e-mail, portanto todos já conheciam o teor para votação.

(MB) Solicitou que constasse ata que a conselheira está na função de acompanhar o termo de contrato de gestão da FCS desde o início de seu mandato, tendo sempre reportado aos demais membros do Consec. E que o conselheiro eleito para acompanhar o contrato de gestão com a Filarmônica não tem dado qualquer retorno, o que é muito grave. Comunicou que há um link da plataforma da Seplag com os dados de execução de contratos do Estado com as OSCIPs, que vai compartilhar com todos. A conselheira pontou que o valor do recurso repassado para o Instituto Filarmônica é significativo, e está sem um acompanhamento real do conselheiro que o deveria acompanhar, mas que parou de participar das reuniões do Consec e não repassou as informações ou a responsabilidade. Pediu que sejam tomadas as devidas providências.

Desta forma, JA encaminhou para a votação o parecer, que foi aprovado por unanimidade com 1 abstenção de JB.

Após, a condução realizada por JA informou que ficou pendente a pauta do afromineiridades, e a reunião seria segunda-feira no dia 18 às 14h conforme havia sido votado no início do ano, como padrão para as reuniões do CONSEC. Houve inclusão da pauta do relatório sobre o contrato da filarmônica, aprovado por unanimidade. Assim, a reunião foi encerrada às 12h56.



Documento assinado eletronicamente por **Marcela de Queiroz Bertelli, Usuário Externo**, em 20/04/2024, às 23:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Simões Silva, Usuário Externo**, em 21/04/2024, às 00:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aryanne Ribeiro, Cidadão**, em 21/04/2024, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ, Cidadão**, em 21/04/2024, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAIANY SOARES SARMENTO, Usuário Externo**, em 22/04/2024, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Mól Gonçalves, Usuário Externo**, em 22/04/2024, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLA MARIA MARQUES DE CASTRO**, **Cidadão**, em 22/04/2024, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lais Terçariol Vitral**, **Usuário Externo**, em 22/04/2024, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Loureiro Trindade**, **Usuário Externo**, em 23/04/2024, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thaynã Fernandes Araújo Paes**, **Cidadão**, em 16/08/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jussara Braga Bastos**, **Usuário Externo**, em 18/08/2024, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andressa Iza Gonçalves**, **Cidadão**, em 20/08/2024, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elzelina Dóris dos Santos**, **Servidor(a) Público (a)**, em 20/08/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Veloso Ferreira**, **Superintendente.**, em 21/08/2024, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giovanna Penido Pinto Marques Paiva**, **Usuário Externo**, em 02/09/2024, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **86714658** e o código CRC **1F55D8D8**.

Referência: Processo nº 1410.01.0000496/2023-10

SEI nº 86714658